

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS PARA A PESCA ARTESANAL NO BRASIL

Liandra Peres Caldasso

RESUMO: Os recursos pesqueiros possuem características que os tornam bastante frágeis em termos de conservação. Isso por se tratar de recursos considerados bens comuns e de livre acesso. Historicamente, somadas as essas características que demonstram a fragilidade dos recursos pesqueiros, as políticas públicas brasileiras foram concebidas para atender as demandas da pesca industrial em detrimento do setor pesqueiro artesanal. Os dados dos incentivos fiscais demonstram essa afirmação, principalmente da década de 1970 em diante. Em anos recentes, dentre as tentativas para discutir de forma mais democrática a gestão e as políticas públicas para a pesca artesanal estão os incentivos para consolidação da gestão compartilhada da pesca, além da criação de Unidades de Conservação voltadas para o ambiente costeiro e marinho (Lei 9.985 de 2000). Ambas as medidas trazem como grande diferencial a participação dos representantes dos pescadores nas discussões e tomadas de decisão relativos a gestão da pesca e dos espaços territoriais ocupados pela atividade. No entanto, essas conquistas não estão totalmente consolidadas, necessitando constantemente serem reafirmadas. Diante do exposto, a presente proposta de trabalho pretende analisar os avanços e desafios impostos e que hoje se defrontam as políticas públicas para o setor da pesca artesanal no Brasil. Mais especificamente, o trabalho pretende analisar os impactos de tais políticas em âmbito social e econômico para esse grupo de trabalhadores – os pescadores artesanais da região costeira e marinha do Brasil. Para tanto, serão confrontados os resultados de alguns estudos de caso, a saber: a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ, a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras/BA e, o Fórum da Lagoa dos Patos/RS.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca Artesanal. Políticas Públicas. Reserva Extrativista Marinha. Fórum de Pesca.